



LEGISLATIVO / Em meio às crises econômica e sanitária, Parlamento aprova, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o aumento de verba para o Fundo Eleitoral, de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 5,7 bilhões. Texto segue, agora, para sanção do presidente Jair Bolsonaro

Uma vergonha que vem do Congresso

» JORGE VASCONCELLOS

Por 40 votos a 33, os senadores aprovaram, ontem, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022, na segunda etapa da sessão do Congresso. Momentos antes, os deputados chancelaram a matéria por 278 votos a 145, com uma abstenção — como prevenção da covid-19, as votações ocorreram separadamente, no formato semipresencial. As discussões foram marcadas por fortes críticas de parlamentares de diferentes correntes ideológicas à parte do substitutivo do relator, deputado Juscelino Filho (DEM-MA), que aumenta de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 5,7 bilhões, em plena crise econômica e sanitária, as verbas destinadas ao Fundo Eleitoral em 2022. O projeto, agora, segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. Com a aprovação da LDO, o Congresso fica liberado para o recesso parlamentar, previsto para o período de 18 a 31 de julho.

O Fundo Eleitoral foi criado pelo Congresso em 2017, após o Supremo Tribunal Federal (STF) proibir, dois anos antes, doações de pessoas jurídicas a candidatos a cargos eletivos. De acordo com a legislação, recebem mais recursos do fundo os partidos com as maiores bancadas de deputados e senadores — PSL e o PT, no caso, seriam os principais beneficiados.

Líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) considerou um “acinte aos brasileiros” aumentar as verbas para o financiamento de campanhas eleitorais. “Não é adequado, pelo momento que o país vive, o dramático e difícil momento que o país vive, nós estamos, hoje, com mais de 530 mil mortos na pandemia”, enfatizou. “Nós precisamos de um esforço gigantesco de todos os brasileiros, e um esforço, sobretudo, de recursos públicos. Aumentar o fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões para cerca de R\$ 6 bilhões, a esta altura, soa como um acinte aos brasileiros. É o momento mais inadequado para isso.”

O senador Alessandro Vieira

Jefferson Rudy/Agência Senado



O parecer foi elaborado pelo deputado Juscelino Filho: “O Fundo de Financiamento de Campanha tem papel no exercício da democracia dos partidos”

Prioridades

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 determina as metas e prioridades para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária no ano que vem.



Aumentar o fundo eleitoral de R\$ 2 bilhões para cerca de R\$ 6 bilhões, a esta altura, soa como um acinte aos brasileiros”

Randolfe Rodrigues, senador



Todos sabemos que ano que vem é ano eleitoral, e o Fundo de Financiamento de Campanha tem papel no exercício da democracia dos partidos”

Juscelino Filho, deputado

(Cidadania-SE) também reprovou a manobra. “É inaceitável que em meio à pandemia o Congresso aprove um novo aumento para o Fundo Eleitoral. São R\$ 5,7 bilhões que poderiam ser investidos em programas como o auxílio emergencial e, agora, serão desperdiçados com campanhas eleitorais. Vergonha”, frisou.

Já o senador Oriovisto Guimarães (Pode-PR) criticou o fato de, para cobrir o aumento dos recursos do fundo, terem sido remanejados 25% da verba da Justiça Eleitoral. Já o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP) teme que a redução de recursos da Justiça Eleitoral prejudique os planos para implantação do voto impresso no ano que vem, ainda em discussão em comissão especial da Câmara.

“Absurdo”

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) também criticou a mudança. “Fundo eleitoral não democratiza, uma vez que o dinheiro se concentra na mão de caciques eleitorais, que fazem a distribuição com os critérios que eles julgam legítimos”, disse a parlamentar. “Em um país sem saneamento e com escolas fechadas há um ano e meio, é um absurdo destinar R\$ 6 bilhões para fazer campanha política. Essa não é a prioridade”, acrescentou.

O deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), relator do projeto que barra os supersalários no serviço público, recentemente aprovado pela Câmara, disse que a Casa deu “10 passos atrás” ao aprovar a medida. “Votei não ao

aumento de R\$ 3,7 bilhões do chamado fundo eleitoral. A Câmara, que na última semana deu um passo para frente ao votar o projeto que barra os supersalários no serviço público, deu 10 passos para trás ao incluir, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), esse aumento absurdo para financiar campanhas com o dinheiro da sociedade”, afirmou. “Está faltando dinheiro para vacinas, para Segurança, para Educação e, agora, aprovam um absurdo desse. Votei não e repudio essa manobra de última hora.”

Juscelino Filho rebateu as críticas ao parecer. “Todos sabemos que ano que vem é ano eleitoral, e o Fundo de Financiamento de Campanha tem papel no exercício da democracia dos partidos”, justificou o relator.

40 A 33

Placar da aprovação da LDO no Senado

278 A 145

Placar da aprovação da LDO na Câmara

Oposição reage a “orçamento paralelo”

Durante a votação da LDO na Câmara, deputados de oposição criticaram a manutenção, no substitutivo do relator, Juscelino Filho (DEM-MA), das emendas do relator, que dão ao parlamentar responsável pela relatoria na Comissão Mista de Orçamento (CMO) o poder discricionário na destinação de recursos da União.

O deputado Ivan Valente (PSol-SP) foi um dos que reprovaram o que ficou conhecido, no meio político, como “orçamento paralelo”. Ele definiu a prática como “corrupção e compra de votos”.

O líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ) entrou com novo pedido de medida cautelar junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) para suspender o “orçamento secreto”. “É inaceitável que o Congresso, com a conivência do governo Jair Bolsonaro, viole a Constituição ao destinar, de forma secreta, largas fatias de dinheiro público. Numa República, o povo tem todo o direito de saber como é aplicado o dinheiro

que lhe pertence”, argumentou. “Não há razão de interesse público para que se ignore o dever de dar toda a transparência à destinação dos recursos públicos. Isso pode acabar dando espaço para o mau uso do dinheiro público, com graves consequências. É preciso que o Tribunal de Contas da União impeça esse absurdo, antes que seja tarde demais.”

Deficit

Juscelino Filho prevê, no substitutivo, um déficit de R\$ 177,5 bilhões — R\$ 170,47 bilhões nas contas do governo federal, o equivalente a 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB); R\$ 4,42 bilhões das estatais e R\$ 2,6 bilhões de estados e municípios.

O texto manteve as estimativas do governo para a economia no ano que vem: salário mínimo de R\$ 1.147, inflação de 3,5%, crescimento do PIB de 2,5% e taxa básica de juros média de 4,7%. No entanto, Juscelino Filho con-

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Molon apresentou pedido ao TCU para suspender as emendas do relator

sidera esses parâmetros macroeconômicos conservadores, diante da expectativa de reaquecimento da economia.

Com isso, o Congresso poderá modificar as políticas públicas para adequá-las a um eventual novo cenário. A estimativa pode-

rá já constar do projeto de lei orçamentária para 2022, a ser enviado ao Congresso em agosto.

O texto aprovado garantiu recursos para concursados da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e para o reajuste de agentes comunitários de saúde.

Antes de ir aos plenários da Câmara e do Senado, o projeto foi aprovado, na manhã de ontem, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo a senadora Rose de Freitas (MDB-ES), presidente do colegiado, deputados e senadores apresentaram mais de 2.700 emendas ao projeto.

O substitutivo do relator incorporou as seguintes prioridades: o Programa Nacional de Imunização (PNI); a agenda para a primeira infância; as despesas do Programa Casa Verde e Amarela voltadas a municípios com até 50 mil habitantes; e a ampliação da infraestrutura da rede de atendimento oncológico.

Juscelino Filho ressaltou a necessidade de recursos para intensificar a vacinação em geral. “Preende-se garantir campanhas de utilidade pública para conscientizar a população acerca de medidas preventivas e de cuidados com a saúde e prover assistência à população, como pilares de

uma política sistêmica”, disse.

Na avaliação do deputado, a aprovação do substitutivo é fundamental para a retomada habitacional. “O programa Casa Verde e Amarela foi lançado, mas não celebraram contratos para novas unidades. Hoje, se dá apenas continuidade a projetos do programa Minha Casa, Minha Vida, que não haviam sido entregues”, frisou.

O parecer de Juscelino Filho definiu as ações e os programas que não devem ser atingidos por contingenciamento de recursos em 2022. Entre os quais estão: ações voltadas às despesas com a realização do Censo Demográfico, Agropecuário e Geográfico, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); despesas com segurança pública; Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino em Tempo Integral; universalização do acesso à internet com apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital. (JV)